

# O *bullying* nas escolas e o horror a massacres pontuais

Gilda de Castro Rodrigues\*

---

## Resumo

Este artigo foca os problemas de ajustamento de estudantes que se tornam alvo de *bullying* na escola, porque se diferenciam dos demais colegas ao apresentar características físicas, religiosas, comportamentais, políticas e étnicas percebidas como indesejáveis pelos líderes do corpo discente. Sugere que os gestores em educação toleram as agressões, mesmo quando as vítimas são portadoras de distúrbios mentais. As instituições não dispõem de equipes multidisciplinares para diagnosticar os problemas e providenciar a terapia adequada. Os traumas podem ser permanentes, inspirando, em alguns casos, retaliação insana; portanto, prejudicial a toda comunidade.

**Palavras-chave:** *bullying*; *bullying* na escola.

## Abstract

This article focuses on the difficulties those students who are victims of bullying have in adjusting to their school, because of physical, religious, behavioural, political and ethnic differences relative to other students which are viewed negatively by the latter. It suggests that education professionals tolerate those attacks even when they target the mentally ill. The institutions do not have multidisciplinary staff capable of diagnosing the problem and treating it adequately. The traumas caused can be permanent and lead, in some cases, to insane retaliation; therefore damaging the whole community.

**Keywords:** bullying; bullying at school.

---

• Doutora em Ciências Sociais (Antropologia) pela PUCSP. Autora de *Professor Submisso, Aluno-Cliente: reflexões sobre a docência no Brasil*. Rio de Janeiro, DP&A. E-mail: gildadecastro@gmail.com

A sociedade sofre grande impacto quando ocorre massacre em escolas, pois a tragédia escancara a crueldade do autor sobre estudantes e professores, em ambiente destinado à construção do futuro dos jovens e da comunidade. Essa instituição mantém, mesmo assim, contradições, deficiências e lacunas que fomentam o ódio de alguns, apesar dos recursos propiciados pelo avanço tecnológico e pela conscientização sobre direitos individuais e coletivos. Fica evidente, então, que ela viabiliza produção e transferência de conhecimento, mas não assimila teorias e técnicas indispensáveis ao esforço cotidiano para promover maturidade, harmonia, bem-estar e alta produtividade a seus alunos e professores.

Ignorando, então, suas próprias teorias elaboradas, desde o final do século XVIII, sobre indivíduos, doenças mentais e ambiente escolar, os gestores não se interessam pelas crises pessoais dos diversos membros, aceitam infra-estrutura deficiente, trabalham com classes enormes e omitem-se na redefinição dos objetivos de uma instituição que deveria sintonizar-se, permanentemente, com a modernidade. Seu equívoco maior refere-se à absorção de postulados pedagógicos que fomentam individualismo, indisciplina e baixo compromisso com as tarefas escolares ao criar interpretações peculiares do Construtivismo quanto à transformação de penosas atividades inerentes ao processo da aprendizagem em experiência lúdica, descontraída e prazerosa. Isso explode em freqüentes conflitos, pois os imaturos não se ajustam às incongruências desse modelo informal, afirmando-se pela violência, injúria ou manipulação de situações cotidianas para conquistar proeminência diante dos colegas. Afinal, a escola precisa avaliar o desempenho de todos os estudantes frente às atividades necessárias à sua qualificação como cidadãos e profissionais para conferir direitos aos aprovados, conforme legislação do país.

Os desacertos entre agressores e agredidos nascem desse conflito de interesses, além do desconforto por salas superlotadas, professores estressados, precariedade do material pedagógico e metodologia equivocada. Diante desses problemas, os estudantes ainda reproduzem, na escola, situações geradas por uma sociedade competitiva, materialista e impiedosa em relação aos que não correspondem aos modelos de beleza, consumo e atitudes afinadas à postura cosmopolita. Os apupos não atingem apenas quem apresenta peculiaridades negativas, pois também há aversão por colegas estudiosos e inteligentes, desde que sejam tímidos ou arredios aos grupos mais aguerridos, inquietos e irreverentes.

Até os anos 1960, o pulso firme da diretoria e dos docentes restringia atitudes prejudiciais à rotina escolar, especialmente agressão aos mais vulneráveis. Existe hoje, entretanto, outra realidade, pois foram adotados critérios muito flexíveis para repreensão e avaliação de desempenho, em nome da repulsa ao autoritarismo, superação de traumas por castigos injustos e aversão ao preconceito por minorias sociais. Isso implicou redefinição dos objetivos da escola, enfatizando a politização das novas gerações sob pretexto de transformação da estrutura social do país, permeada pela iniquidade vivida pelas classes subalternas.

Essa postura ficou comprometida pela supressão, na grade curricular, de atividades que orientavam os imaturos sobre civilidade, respeito ao próximo e harmonia em espaços coletivos, para ajustar os custos da expansão da rede escolar pública ao orçamento exíguo da educação nas três esferas do Estado: municipal, estadual e federal. Isso foi um resultado bem visível da opção pelo academicismo, porque a escola brasileira não pôde encaixar, em expediente de quatro horas, aulas de música, desenho, trabalhos manuais e esportes/dança. Elas vinham contribuindo, até então, para formação de equipes, desenvolvimento de senso estético e incentivo à profissionalização, que geravam situações propícias ao diálogo entre os alunos. Houve, assim, mais dificuldade para que a instituição ajustasse os estudantes ao seu primeiro ambiente público, respeitando a diversidade quanto a características físicas, étnicas, religiosas, morais, econômicas, políticas e comportamentais.

Desde então, muitos estudantes buscaram, em academias de ginástica e cursos de línguas ou música, complemento dessa formação, mas não encontram, nessas organizações privadas, empenho para construção da cidadania e integração à sociedade. Há, assim, desarticulação, nos dois espaços, oriunda das lacunas no processo pedagógico, por razões diferentes, mas ela gera o mesmo impacto: práticas de aviltamento das pessoas sem qualquer reflexão sobre os danos emocionais aos estudantes mais fragilizados.

## **O bullying**

Bullying refere-se a atos de violência física, moral ou psíquica praticados contra estudantes que apresentam peculiaridades emocionais, corporais, étnicas, ideológicas, comportamentais ou religiosas alheias

ao perfil mediano dos que controlam o espaço pelo seu carisma ou manuseiam instrumentos de poder. Implica uma relação assimétrica, em que os mais fortes demonstram intolerância por quem é diferente e não reage à altura na primeira agressão. Não ocorre apenas em relação a portadores de características negativas, pois contempla também quem está acima da média, especialmente no que se refere a alto rendimento na aprendizagem. Assume, entretanto, caráter mais destrutivo em relação a novatos, obesos, estrábicos, gagos, ruivos, portadores de limitações físicas ou mentais, negros, tímidos, homossexuais e membros de outros grupos étnicos.

Não é um fenômeno novo, pois existem várias referências, na literatura, de situações rotuladas, hoje, como *bullying*. Brackel registra o caso de moças despejando água numa estudante recém-chegada a um colégio de Bruxelas (Bélgica), no século XIX. Na literatura brasileira, é possível citar Pompéia (1992) e Rego (1980). O termo foi criado, entretanto, pelo pesquisador sueco Dan Olweus, somente depois do massacre na escola americana Columbine, em 1999. Ele utilizou o gerúndio do verbo *to bully* – que significa tyrannizar, oprimir, ameaçar ou amedrontar – para rotular as atitudes de estudantes que se comportam como tiranos ou valentões diante de seus colegas tratados como inferiores.

Tem alto potencial de corrosão da auto-estima, porque a vítima precisa manter-se na escola, apesar da angústia por enfrentar, diariamente, humilhações diante de centenas de colegas. Eles não tentam impedir as agressões, porque interpretam o tratamento conferido à vítima como brincadeira ou optam pela invisibilidade para não se tornar, em seguida, alvo dos *bullies*. Fica, então, cada vez mais difícil para o agredido integrar-se ao ambiente. Ele desconfia de todos os membros da instituição, quando não percebe qualquer movimento para garantir-lhe segurança e participação efetiva nas atividades curriculares.

O *bullying* aumentou bastante, nas últimas décadas, porque há mais violência nas escolas, decorrente da flexibilização das normas de conduta, erosão moral das famílias e admissão de brincadeiras encaradas como próprias de jovens. Isso foi potencializado pela ampliação de vagas sem aumento proporcional de profissionais. As classes ficaram com mais de 40 alunos e não há vigilância sistemática de todos os espaços, especialmente durante o recreio. Não existe, tampouco, nas escolas, equipe multidisciplinar para avaliar, regularmente, o bem-estar de todos os estudantes, o que indicaria problemas de ajustamento

e seu impacto na saúde mental, o que exigiria abordagem terapêutica na própria instituição.

Muitos professores trabalham também em regime de terror, pois precisam submeter-se à contestação de seu desempenho, em quadro reconhecido pela Justiça do Trabalho como assédio moral, passível de indenização pelos empregadores. Proliferam, então, casos de queda de produtividade, doenças psicossomáticas, depressão profunda e mesmo suicídio de docentes, em todos os níveis de ensino. Esses problemas são gerados, na rede pública, por censura dos conselhos tutelares ou imposição da permanência de alunos avessos à escola, gerando insegurança pela reação intempestiva desses insatisfeitos. Os professores da rede privada temem demissão sumária, se o aluno-cliente manifestar contrariedade diante de qualquer repreensão ou cobrança por empenho nos estudos. Reconhecendo também que a sociedade menospreza os profissionais do magistério, eles ficam, ainda, muito abalados para captar, entre dezenas de estudantes à sua frente, a angústia de quem está vivendo situações constrangedoras.

Os agressores impõem-se pela sua liderança ou intimidação de quem teme sua força física ou capacidade para fazer piadas, imitar trejeitos e confrontar todos os presentes, inclusive as autoridades da escola. Praticam, então, diariamente, vários atos lesivos a seus colegas, sem compaixão pelos desdobramentos na saúde das vítimas, que se recolhem, numa reação interpretada como covarde, imatura ou medrosa, inspirando mais ofensas. O resultado, na aprendizagem, é imediato, pois o agredido fica inseguro, foge das atividades pedagógicas e tenta a invisibilidade para evitar as chacotas mais dolorosas. Abandona, em seguida, a escola, os planos de ascensão social ou os sonhos de carreira profissional, carregando sozinho, pela vida afora, os traumas decorrentes da rejeição sofrida na escola. Teme, sobretudo, encontrar, em outros ambientes, ex-colega ou alguém que saiba de suas desventuras.

As escolas apelam para soluções paliativas, quando uma crise explode e há repercussão na mídia, pois se inquietam com sua imagem no mercado. O *bullying* mantém-se, portanto, no dia a dia, sob a complacência dos gestores da educação que ignoram as categorias envolvidas e os efeitos nocivos em cada uma. Elas seriam:

- agressor líder: pratica atos lesivos contra alguém que ele despreza, mobilizando seus amigos para integrar-se aos gracejos ou ataques físicos;

- agressores auxiliares: ajudam o líder nas agressões físicas ou morais, porque desprezam a vítima e temem retaliação dos participantes se não se engajarem na missão;
- espectadores passivos coniventes: estudantes que presenciam as agressões e não apóiam a vítima nem denunciam os agressores à chefia, para evitar o rótulo de dedo duro;
- espectadores silenciosos pelo medo da retaliação: estudantes que admitem as brincadeiras como constrangedoras, mas se omitem para que não se tornem vítimas em futuro próximo;
- vítima: estudante que se diferencia dos colegas por alguma peculiaridade
- física, étnica, religiosa, política, comportamental ou moral – e desperta neles aversão expressa em humilhações frequentes, durante as aulas ou no entorno da escola.

O alvo torna-se cada vez mais fragilizado, diante de centenas de pessoas, pois os bullies agredem dentro e fora da sala de aula. Ele não procura professores ou diretoria para não sofrer retaliação, nem obtém apoio de colegas sensíveis à sua condição humilhante, porque eles não ousam atrair a ira dos agressores. Essa omissão não anula, entretanto, a angústia dos espectadores quanto à possível ameaça e isso acarreta também distúrbios emocionais. Ou seja, o *bullying* não afeta apenas um indivíduo, mas parcela significativa dos alunos que descobrem como o ambiente escolar é um campo minado pela intolerância e crítica mordaz por qualquer atitude rotulada como indesejável pelos estudantes que lideram no corpo discente.

O agredido sente que tudo fica mais difícil quando os pais dos bullies insuflam-nos para intimidar seus colegas, como estratégia para obter respeito, prestígio e benesses em seu primeiro ambiente público. Por essa lógica, isso é fundamental para forjar jovens vigorosos que conquistarão espaço, riqueza e poder, após a conclusão dos estudos. A escola não dispõe de instrumentos para passar a limpo personalidades que são moldadas em ambiente familiar orientado para esse confronto que inclui disputa desleal e sucesso a qualquer preço. Pelo contrário, reforça essa perspectiva quando tolera a leniência no processo educacional e contestação explícita às diversas instituições. Isso pode desencadear reação insana de quem está fragilizado por transtornos mentais ou pelos traumas inerentes às suas limitações para ajustar-se à sociedade. Ou seja, o *bullying* fomenta distúrbios emocionais nas crianças/jovens que se sentem impotentes diante de fofocas, isolamento, insultos, denúncias

infundadas, chantagem, destruição dos objetos escolares, espancamento, boicote nas atividades curriculares, imposição de tarefas absurdas, críticas mordazes em avaliações orais e uso de apelidos humilhantes, entre muitos outros vexames. Tudo isso envolve uma situação insuportável para a vítima, com desdobramento em qualquer espaço social onde possa encontrar uma testemunha do problema.

O agressor quer sempre se impor para obter vantagens morais, materiais ou políticas dentro e fora da escola. Tenta justificar suas atitudes como brincadeira própria de jovens, mas não dissimula o cunho destruidor de quem lhe parece insuportável pelas suas peculiaridades. É, predominantemente, masculino, porque os meninos são orientados, desde tenra idade, para demonstrar coragem, ambição e agilidade, forjando seu perfil de homem pronto para vencer.

As meninas podem ser também cruéis com as colegas ou meninos que manifestem dificuldade de afirmação, mas são mais dissimuladas. Optam, geralmente, pela fofoca, pela injúria ou por tratamento mordaz aos portadores de características percebidas como negativas. Estão muito atuantes no *cyberbullying*, que tem se alastrado pelo mundo moderno com danos irreparáveis à honra de moças e rapazes, especialmente quando há fotos ou vídeos desabonadores feitos à revelia do alvo.

As vítimas de *bullying* tornam-se, geralmente, deprimidas, agressivas, ansiosas, inseguras, dependentes do álcool ou drogas e portadoras de doenças psicossomáticas. Em alguns casos, isso culmina com o suicídio que é a expressão máxima dos efeitos nocivos na saúde mental desses estudantes humilhados na escola; ele tem acontecido, infelizmente, após a retaliação sangrenta da vítima a seus algozes, quando há outros elementos favoráveis ao comportamento criminoso, como psicopatia, porte de armas, oportunidade de acesso à escola e falta de amparo familiar.

O sistema educacional perde muito com o *bullying*, porque ele gera absenteísmo dos estudantes, é causa relevante de evasão escolar, interfere no rendimento de todos os alunos, tumultua a rotina dos três segmentos, motiva a alta rotatividade dos docentes e inspira o porte de armas por crianças que tentam se proteger ou afirmar-se diante de *bullies*. Quando há danos mensuráveis para o aluno, desencadeia ações judiciais e isso afeta a imagem da instituição como ambiente seguro para todas as crianças. Alguns juízes têm reconhecido os danos às vítimas de *bullying*, diante de provas de que houve desejo expresso para gerar sofrimento emocional, penalizando estudantes/autores e seus pais.

## Os massacres nas escolas

A mídia registra cerca de 400 ataques em escolas, nos últimos 109 anos, em todo o mundo, mas alguns não se referem a estudantes que tenham sofrido *bullying*. Há casos em que funcionários da organização promoveram massacre, como o diretor de Droyssig, Alemanha, que, em 1902, atirou contra seus alunos, matando três e ferindo outros três, antes de ser linchado pelos vizinhos que ouviram os disparos. Ou o contador Andrew Kehoe, que, em 1927, espalhou explosivos numa escola de Bath (Michigan, Estados Unidos), matando 45 pessoas e ferindo 58, suicidando-se em seguida.

Há, por outro lado, o caso de Brenda Ann Spencer que morava em frente a uma escola de San Diego, Califórnia, e, aos 16 anos, matou dois adultos e feriu crianças que chegavam para a aula. Ela explicou, simplesmente, que não gostava de segunda-feira e sua ação quebraria a rotina de um dia detestável.

Esses massacres merecem destaque, porque violaram um ambiente-chave para a construção da cidadania; ele deveria garantir, portanto, a segurança de centenas de crianças/jovens que ficam sob sua tutela, por 900 horas/ano, para assimilar todas as lições importantes à sua formação intelectual. Há, entretanto, falha no controle das pessoas, aumentando a vulnerabilidade dos imaturos que fascinam portadores de psicopatia, quando eles querem retaliar os responsáveis pelo seu padecimento. Seria, talvez, o caso de Wu Huanming que, em 2010, invadiu uma creche de Hanzhong, China, e matou sete crianças e dois adultos com um cutelo, suicidando-se em casa, pouco depois.

Dados esparsos em diversas reportagens indicam, entretanto, que, entre 66 ataques a escolas, em 45 anos, 87% dos atiradores sofreram *bullying*. Eles agiram sozinhos, embora tenham formado dupla em dois casos acontecidos nos Estados Unidos, entre 1998 e 1999. O primeiro foi na Escola Secundária Westside, em Jonesboro, tendo como autores Andrew Golden (11 anos) e Michell Johnson (13 anos) que mataram cinco pessoas e feriram 10. O segundo foi na Escola Secundária Columbine, em Littleton (Colorado), executado por Eric Harris (18 anos) e Dylan Klebold (17 anos).

É importante analisar Columbine, pois o rótulo *bullying* não existia, mas os autores registraram, antes de sua ação sangrenta, que não suportavam mais as chacotas dos colegas. Ficou explícito que miraram,

especialmente, atletas e minorias étnicas (Freitas Jr., 1999). Teriam optado pela chacina, usando bombas e armas automáticas, depois que a diretoria ignorou seus problemas. Aliás, a postura oficial das escolas em cobrar sucesso dos alunos, numa sociedade competitiva, pode desencadear frustração irremediável, pois o estudante se sente acuado com a mensagem subliminar, em todas as atividades, de que se você não é bom, não o queremos aqui. Logo depois do massacre, Harris e Klebold foram descritos como bocós, marginalizados pelos colegas, fanáticos pelo satanismo de Marilyn Manson e por Adolf Hitler e membros da Máfia da Capa Preta (Freitas Jr., 1999).

Pareciam, então, patéticos e perdedores e isso os estigmatizava na escola, em que todos devem participar de grupos afinados com seu talento e prestígio para conseguir vaga nas universidades e conquistar garotas bonitas (Veja, 1999). Assim, embora não tivessem qualquer problema financeiro ou familiar, mataram 12 estudantes e um professor e feriram 23, antes de cometer suicídio (Veja, 1999). Testemunhas disseram depois que eles riam em êxtase, enquanto executavam seus colegas.

Esse caso mobilizou autoridades americanas para formular programas que inspirassem cooperação entre os estudantes e qualificação de alunos como moderadores para intervir em disputas no corpo discente. Instalaram também, em muitas escolas, detector de metais para que estudantes não levem armas para a sala de aula. Isso não foi suficiente, entretanto, para impedir que, em 2007, o sul-coreano Cho Seung-hui matasse 32 pessoas, suicidando-se em seguida, na faculdade Virginia Tech. Ele deixou cartas, fotos e vídeos em que afirmava: vocês me encurralaram num canto e me deram apenas uma opção. A decisão foi de vocês. Agora vocês têm meu sangue em suas mãos, que nunca será limpo.

Testemunhas disseram que ele era ridicularizado pelo seu sotaque e pelas suas características físicas e étnicas. Ele padecia de depressão severa, mas o isolamento, as pilhérias e o sentimento de *outsider*, entre milhares de jovens, foram fatores desencadeantes de seu gesto extremo, pois ele não vislumbrava uma saída nem a esperança de integração ao grupo. Reagiu, então, amparado na arma que lhe conferiu a ilusão de que destruiria quem o subjugava e atingiria todos da comunidade, porque uns o agrediam e outros se omitiam, ignorando seu sofrimento.

Wellington Menezes de Oliveira viveu o mesmo drama, talvez com tintas mais carregadas, pois a Escola Municipal Tasso da Silveira tem

instalações acanhadas e turmas maiores do que os colégios americanos, exaurindo os professores; daí, o desconforto do menino que estudou ali, entre 9 e 13 anos, e se deparava com colegas empenhados nas chacotas que o afligiam diariamente. Ele já tinha diagnóstico de esquizofrenia, mas não recebeu apoio institucional para superar suas dificuldades de relacionamento nem foi encaminhado para a terapia indispensável ao seu caso. Por iniciativa da família, teve assistência psiquiátrica, mas abandonou o tratamento na adolescência e seus problemas aumentaram após a morte da mãe adotiva. Morando sozinho, cultivou delírios e fantasias próprios da psicopatia, enquanto elaborava planos de vingança contra quem o torturava. Tudo conspirou a seu favor para realizar o massacre na escola em que foi alvo de *bullying*, durante quatro anos: familiaridade com arma enquanto foi vigia noturno no bairro, compra de revólveres e munição no mercado negro, coragem sedimentada em seu distúrbio mental e acesso fácil ao colégio.

Planejou a vingança, registrando em vídeos e carta seus argumentos, como

[...] a maioria das pessoas me desrespeitam (sic), acham que sou um idiota, se aproveitam de minha bondade, me julgam antecipadamente. São falsas, desleais. Descobrirão quem eu sou da maneira mais radical numa ação que farei pelos meus semelhantes.

Seu ato gerou horror em autoridades, pais das vítimas e testemunhas do massacre, pois ele executou principalmente meninas de 13 ou 14 anos. Elas correspondiam às colegas, entre 1999 e 2002, que o chamavam de Suingue (por mancar de uma perna) e Sherman (personagem caricato do filme *American Pie*). Além disso, foi jogado na lixeira sob risos gerais (Corrêa, Maia Junior e Buscato, 2011). A mídia explorou com paixão todos os ângulos da tragédia, atribuindo ao autor as piores qualificações e o governador do Estado do Rio de Janeiro rotulou-o de psicopata e animal, diante das câmeras de TV. Em nenhum momento, a escola refletiu sobre sua responsabilidade nos traumas do ex-aluno. O opróbrio culminou com o enterro no Cemitério São Francisco Xavier sem a presença de parentes ou qualquer outra pessoa, além dos funcionários indispensáveis à tarefa. Destinaram-lhe uma cova rasa e sem lápide, 15 dias após a entrada no Instituto Médico Legal como um suicida que havia praticado uma chacina sem precedentes no país.

Autoridades, pais dos alunos e corpo docente mobilizaram-se para recriar a Escola Municipal Tasso da Silveira, indicando que jamais vão se lembrar de Wellington Menezes de Oliveira com alguma compaixão, embora a instituição tenha sido seu pesadelo e fator desencadeador do gesto insano.

A maior contradição fica por conta do Estado que tem legislação específica sobre tutela de quem é portador de psicopatias, mas foi omisso enquanto Wellington Menezes de Oliveira esteve numa escola pública, apresentando sintomas de doença mental. Não atuou, tampouco, nos anos seguintes, pois o sistema público de saúde deste país tem falhas imensuráveis para assistência aos esquizofrênicos.

Prevalece, então, displicência dos educadores brasileiros para lidar com o *bullying*, um problema que grassa em diferentes escolas, traumatizando milhares de crianças/jovens. Surgem, daí, duas indagações: que medidas a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro adotará para que todos os alunos de sua rede de ensino sejam orientados para respeitar o colega portador de características que o diferenciam da maioria? Quando o sistema educacional brasileiro vai incorporar o conhecimento sobre saúde mental e integração à sociedade para propiciar aos estudantes ambiente mais adequado ao processo ensino/aprendizagem? Afinal, ele é produzido no segmento denominado universidade...

Para que não haja outros massacres em escolas, torna-se indispensável que os alunos sejam receptivos ao diferente e os professores atentos à intimidação de colegas para que as atividades pedagógicas não se transformem em atos contrários à dignidade humana. As autoridades cariocas, por exemplo, não se preocupam com isso, porque não usaram a dramática experiência da Escola Municipal Tasso da Silveira para ensinar que o sentimento da compaixão é indispensável para a perpetuação de todas as sociedades e a sacralidade dos cadáveres deve ser sempre respeitada.

## Referências bibliográficas

BRACKEL, F. von (1961). *A Filha do Diretor do Circo*. Petrópolis, Vozes.

CORRÊA, H.; MAIA JUNIOR, H. e BUSCATO, M. (2011). A solidão de um assassino. *Época*, n. 673.

FREITAS JR., O. (1999). A morte de capa preta. *ISTOÉ*, n. 1543.

GOULART, N. (2011). Depois de Columbine, escolas americanas investem em prevenção à violência. *Veja*. Disponível em: <http://www.veja.com.br>. Acesso em: 7/4/2011).

POMPEIA, R. (1992). *O Ateneu: crônica de saudade*. São Paulo, FTD (original em 1888).

REGO, J. L. do (1980). *Doidinho*. Rio de Janeiro, José Olympio (original de 1933).

VEJA (1999). Como é possível?. *Veja*, n. 1595, pp. 52-53.